Estratégias de Crescimento do Brasil e Coreia do Sul no Período de 1960-2022: Teoria e

Evidências Empíricas

Ana Vitória Guimarães Barbosa de Sousa*

Guilherme Jonas Costa da Silva**

Resumo: Na década de 1960, Brasil e Coreia do Sul possuíam PIBs e políticas de crescimento

semelhantes. No entanto, após esse período, os países seguiram caminhos diferentes: a Coreia

focou em produzir bens de alto valor agregado, enquanto o Brasil concentrou-se em suas

commodities. Este artigo tem como objetivo analisar os impactos das estratégias de

crescimento do Brasil e da Coreia do Sul, com foco na diferença de crescimento entre os dois

países a partir da década de 1960. A pergunta central é porque a Coreia do Sul alcançou um

crescimento econômico mais robusto em comparação ao Brasil, mesmo partindo de um PIB

per capita similar. A hipótese levantada é que a estratégia sul-coreana de crescimento por meio

das exportações de produtos manufaturados foi fundamental para seu crescimento de longo

prazo. Além disso, estudo utiliza a metodologia de Vetores Autorregressivos (VAR) com dados

do Banco Mundial com o intuito de testar a hipótese através de meios empíricos.

Palavras-chave: Crescimento; Exportação; Brasil; Coreia do Sul; VAR.

Growth Strategies of Brazil and South Korea from 1960-2022: Theory and Empirical

Evidence

Abstract: In the 1960s, Brazil and South Korea had similar GDPs and growth policies.

However, after that period, the countries took different paths: South Korea focused on

producing high value-added goods, while Brazil concentrated on its commodities. This article

aims to analyze the impacts of Brazil and South Korea's growth strategies, focusing on the

growth difference between the two countries since the 1960s. The central question is why South

Korea achieved a more robust economic growth compared to Brazil, despite both starting with

similar per capita GDPs. The hypothesis is that South Korea's growth strategy through exports

of manufactured goods was fundamental to its long-term growth. Furthermore, the study uses

* Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: anavgbarbosa@ufu.br

** Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia e Pós-doutorando em Economia pela Universidade

Federal do Paraná. E-mail: guilhermejonas@yahoo.com.br.

the Vector Autoregressive (VAR) methodology with data from the World Bank to test the hypothesis empirically.

Keywords: Growth; Export; Brazil; South Korea; VAR.

2024

1. Introdução

Durante a primeira metade do século XX, tanto o Brasil quanto a Coreia do Sul adotaram estratégias de crescimento parecidas, conduzidas pelas exportações de *commodities*, no qual permite-se a acumulação de capital necessário para os investimentos industriais. Entretanto, a partir de 1960, as estratégias começaram a divergir. Segundo Moreira (1995), o Brasil seguiu o modelo de substituição de importações, enquanto a Coreia optou por uma política de industrialização orientada à exportação, com foco em produtos intensivos em mão-de-obra.

Com efeito, a disparidade do ritmo de crescimento econômico destas economias nas décadas de 1960 e 1970 podem ser atribuídas às distintas estratégias adotadas. A Coreia do Sul seguiu uma estratégia de industrialização orientada à exportação e investiu substancialmente em saúde e educação. A economia brasileira persistiu na estratégia de substituição de importações, visando promover a produção interna de bens duráveis, intermediários e de capital, sem realizar investimentos significativos em capital físico e humano. Essas diferenças foram cruciais na determinação do sucesso econômico relativo da economia sul coreana. A abordagem sul-coreana de crescimento voltada para a exportação permitiu o acúmulo de reservas e ganho de competitividade internacional.

Na década de 1970, as estratégias seguiram rumos ainda mais divergentes. O Brasil permaneceu comprometido com a Substituição de Importações, enquanto a Coreia do Sul avançou na produção e exportação de manufaturados de alto valor agregado. (MOREIRA,1995)

Na década de 1990, o Brasil abandonou a estratégia de substituição de importações. Neste momento, o país enfrentava déficits na balança comercial, com uma pauta de exportações pouco diversificadas, baseada em *commodities* e alguns poucos produtos de maior valor agregado. Por outra lado, a Coreia do Sul estava em um estágio muito diferente de crescimento industrial, pois tinha ampliado substancialmente sua participação global nas exportações de manufaturados com maior valor agregado, consolidando-se como um "player" global.

A mudança de foco sul-coreano em direção a produtos tecnológicos e o contínuo investimento em capital humano, através da educação e saúde, foram vitais para rápido crescimento econômico do país. A Coreia do Sul tornava-se uma potência industrial exportadora.

Segundo Moreira (1995), essa diferença nas estratégias de crescimento e na alocação de recursos teve um impacto duradouro na trajetória econômica de ambos os países, resultando em uma inversão de suas posições econômicas relativas.

A monografia tem como objetivo analisar as estratégias de crescimento Brasil e da Coreia do Sul. Para tanto, além desta introdução, o trabalho está estruturado em quatro seções. A primeira seção, apresenta-se a revisão da literatura. Na sequência, a atenção volta-se para os antecedentes econômicos do Brasil e da Coreia do Sul. Na terceira, desenvolve-se uma Análise de vetores autorregressivos (VAR). Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2. Revisão da Literatura Teórica e Empírica

No que tange a Literatura Teórica, Koshiyama (2008) analisa a relação entre o comércio exterior e o crescimento econômico no Brasil de 1947 a 2006. Ele destaca que, até a República Velha, a economia brasileira era fortemente dependente das exportações, principalmente de commodities agrícolas como o café, caracterizando-a como uma economia agroexportadora. A crise dos anos 1930 marcou o início do Processo de Substituição de Importações (PSI), que durou até o final dos anos 1970. Durante o PSI, as exportações desempenharam um papel crucial para aliviar a escassez de recursos externos, possibilitando a importação de bens de capital necessários para o crescimento industrial interno.

A partir do final dos anos 1980, o Brasil iniciou uma série de reformas estruturais motivadas por mudanças no cenário internacional e pelo esgotamento do PSI como modelo de crescimento. Isso resultou em uma reestruturação produtiva nos anos 1990, aumentando a produtividade e a competitividade internacional da produção nacional. Essa renovação

econômica e mudança nos padrões de comportamento, juntamente com a adoção de técnicas e produtos modernizados, trouxeram um novo ambiente econômico.

Para complementar sua análise, Koshiyama utiliza métodos empíricos, incluindo duas abordagens metodológicas complementares baseadas no conceito de causalidade de Granger (1969). A primeira consiste em uma análise de séries temporais com dados agregados da economia brasileira de 1947 a 2006. A segunda parte da pesquisa envolve uma análise com dados em painel abrangendo os 25 estados brasileiros e o Distrito Federal de 1994 a 2004. Além disso, foram aplicados os testes de Dickey-Fuller aumentado (ADF) e Phillips-Perron (PP) para examinar as propriedades univariadas das séries temporais. Heo *et al* (2008) fazem uma retrospectiva do crescimento econômico da Coreia do Sul para explicar os fatores que contribuíram para o resultado econômico milagroso, bem como a causa da crise financeira em 1997, que ocorreu durante o período de transição para a democracia. Quando a Coreia do Sul desfrutava de altas taxas de crescimento, a liberdade política era restrita e os direitos humanos foram violados. No entanto, após a transição para a democracia, a economia coreana enfrentou dificuldades e experimentou uma crise financeira. Assim, os autores discutem o processo de crescimento político e econômico na Coreia do Sul para tirar lições para outros países.

Moreira (1995), em seu livro "Industrialization, Trade and Market Failures", desafia a visão estabelecida e neoclássica do sucesso industrial em países em crescimento. Ele argumenta que a diferença de desempenho entre esses países não pode ser simplificada em uma dicotomia entre orientação para fora com laissez-faire e orientação para dentro com intervenção governamental. Para isso, ele analisa o papel da intervenção governamental na industrialização de países como a República da Coreia, que adotou uma abordagem mais aberta e liberal, e o Brasil, que seguiu um caminho mais fechado e intervencionista. Moreira conclui que, embora a abordagem mais aberta tenha suas vantagens, isso não significa que a intervenção governamental seja condenável. Quando feita de forma disciplinada e em uma economia aberta, ela pode ser um importante impulso para o crescimento industrial.

Considerando isso, é evidente que há muitos estudos que analisam as diferenças no padrão de crescimento entre os países latino-americanos e do leste asiático. Estes estudos destacam fatores como o modelo de crescimento escolhido, a ênfase no mercado interno ou externo, e, a adesão às recomendações de organizações internacionais como o FMI ou o Banco Mundial. Com o objetivo de investigar a relação entre a política de exportação, a taxa real de câmbio e o crescimento econômico a longo prazo, as próximas seções deste estudo se dedicam aos casos do Brasil e da Coreia do Sul entre 1960 e 2022. Será feito um destaque para o histórico das políticas econômicas e cambiais adotadas por cada país, a literatura sobre a

variação da taxa real de câmbio e o processo de industrialização de cada economia, seguido por uma análise dos dados mais recentes.

Em relação a literatura empírica, partimos para uma compreensão mais aprofundada da importância da indústria manufatureira como elemento crucial para impulsionar o crescimento econômico, Thirlwall (2002) baseia-se nas leis empíricas formuladas por Nicholas Kaldor. Ele explora a forte relação entre o crescimento da produção manufatureira e o crescimento do PIB, destacando a Lei de Verdoorn, que revela a correlação positiva entre o crescimento da produção manufatureira e o aumento da produtividade nesse setor. Thirlwall destaca a importância de compreender o desempenho da indústria manufatureira para garantir um crescimento econômico equilibrado e sustentável, enfatizando o papel crucial da exportação e do balanço de pagamentos nesse contexto.

Indo além, Fagerberg (1988) aborda a competitividade internacional, focando nos efeitos adversos do crescimento dos custos unitários relativos do trabalho (CUT) nas quotas de mercado e no crescimento econômico. Contrariando a teoria neoclássica, o autor destaca a necessidade de considerar a concorrência imperfeita para entender o impacto dos CUT. Ele também explora a competição tecnológica como um fator crucial na competitividade internacional, incorporando inovação e capacidade de entrega. Os testes empíricos indicam que a competitividade tecnológica e a capacidade de entrega são elementos-chave, com ênfase no papel dos investimentos na criação de capacidade produtiva. Fagerberg conclui que, embora os custos unitários tenham impacto na competitividade e no crescimento, essa influência é menos significativa do que geralmente se presume.

A estratégia industrial exemplifica como as transformações econômicas podem ser estimuladas de maneira progressiva, por meio de ação premeditada. A atuação estatal na fomentação de transformações compartilha os riscos, reforçando a interligação entre as empresas e outros agentes inovadores. Essa metodologia é essencial, pois compartilha parte dos custos das decisões individuais das empresas, viabilizando a orientação de novos investimentos. Os aportes públicos em inovação reduzem os riscos para o setor privado, que se favorece dos impactos benéficos gerados, notadamente pelas inovações de "base" efetuadas e/ou financiadas pelo Estado, inclusive em economias desenvolvidas. (PEREIRA, DATHEIN, 2016)

3. As Estratégias de Crescimento do Brasil e da Coreia do Sul

Periodo	Brasil	Coréia do Sul	Periodo
1880-1930	Exportação de	Commodities	1910-1945
1930-1955	Substituição de Importações I	Primária: bens não-duráveis	1953-1960
1955-1968	Substituição de Importações Secundária: bens duráveis, bens intermediários e bens de capital	Industrialização Orientada às Exportações Primária: manufaturados intensivos em mão de obra	1961-1972
1968-1990	Continuidade da politica de Substituição de Importações Secundária	Substituição de Importações Secundária: industria pesada e quimicos.	1973-1990
	Promoção Diversificada de Exportações	Industrialização Orientada às Expostações Secundária: produtos de alto valor agregado	
1990-hoje	Abertura de Mercado	Player global em produtos de alto valor agregado	1990-hoje

3.1 A Estratégia de Crescimento da Economia Brasileira

De acordo com Koshiyama (2008), a década de 1930 marca uma mudança significativa na história econômica brasileira, pois foi nesse período que uma crise de grande magnitude e profundidade reorientou definitivamente a economia. É durante essa década que se inicia o Processo de Substituição de Importações (PSI), que se estende até o final dos anos 1970, com a conclusão dos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo Geisel. Esse período marca o início do deslocamento do centro dinâmico da economia em direção ao mercado interno, fortalecendo o crescimento industrial e urbano. É um momento de ruptura no crescimento econômico do Brasil: o declínio do modelo agroexportador levou à percepção da necessidade de industrialização como forma de superar os constrangimentos externos e o subdesenvolvimento. Embora não seja o começo da industrialização brasileira, que já havia começado no final do século XIX, foi quando ela se tornou a principal meta da política econômica.

Segundo Munhoz (1993), na década de 1940 e início dos anos 1950, o Brasil observou um aumento no ritmo de crescimento econômico, em torno de 7% ao ano, mas uma taxa de inflação de cerca de 12% ao ano. Isso ocorreu apesar da manutenção de uma taxa de câmbio fixa em relação ao dólar americano, que servia como mecanismo de contenção artificial dos preços internos.

Em 1953, tornou-se inevitável a mudança na política cambial, com a flexibilização das taxas de câmbio e a adoção do regime de taxas múltiplas de câmbio. Isso resultou no aumento das pressões inflacionárias devido às novas taxas de câmbio e aos ágios pagos pelos importadores. O Plano de Metas implementado durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) pode ser considerado o ponto máximo do Processo de Substituição de Importações (PSI). A taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) durante esse período foi de 8,1% ao ano. Porém, o rápido crescimento do produto e da industrialização intensificou as contradições do PSI, como a aceleração inflacionária, o aumento do déficit público e a deterioração da situação externa. (MUNHOZ,1993; KOSHIYAMA, 2008)

Quanto às políticas monetária e fiscal durante o governo JK, estas se tornaram passivas, subordinadas ao objetivo maior de transformação estrutural da economia. Assim, a política cambial foi o principal instrumento de política econômica do governo brasileiro na década de 1950. Ela não apenas procurava lidar com a restrição de divisas da época – agravada pelo desempenho ruim das exportações de café – como também funcionava como um importante instrumento de política de crescimento econômico, ao ampliar as possibilidades de investimento em um contexto de escassez de divisas. (MUNHOZ,1993; KOSHIYAMA, 2008)

No início da década de 1960, o Brasil enfrentou sua primeira grande crise econômica durante a fase industrial. Após um período de forte crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1956 e 1962, a economia brasileira desacelerou até 1967. Entre 1962 e 1967, a taxa média de crescimento do PIB diminuiu pela metade em relação ao período anterior, acompanhada por uma redução significativa nos investimentos e na produção industrial. Além disso, esse período foi marcado por grande instabilidade política. O aumento da inflação e da relação dívida externa líquida/exportações entre 1961 e 1963 foi em grande parte herdado dos anos do governo JK. (MUNHOZ,1993; KOSHIYAMA, 2008)

A desaceleração da economia decorreu em grande parte do término do grande ciclo de investimentos associado ao Plano de Metas. As tentativas de estabilização nos governos Jânio Quadros e João Goulart, tornadas urgentes devido ao legado inflacionário do governo JK, também contribuíram para a desaceleração do crescimento do PIB. Havia consenso na época sobre a necessidade de reformas institucionais para estimular os investimentos. O golpe militar de 1964, ao impor autoritariamente uma solução para a crise política, foi uma etapa para o encaminhamento técnico das medidas para superar a crise econômica. Para resolver os problemas econômicos, o governo Castello Branco lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), dividido em duas linhas de atuação: políticas conjunturais de combate à inflação e reformas estruturais para resolver o problema inflacionário e as dificuldades ao

crescimento econômico. Em resumo, os objetivos do PAEG eram acelerar o crescimento econômico, conter a inflação, equilibrar setores e regiões, aumentar investimentos e empregos, e corrigir o desequilíbrio externo. (MUNHOZ,1993; KOSHIYAMA, 2008)

Araujo e Gala (2012) analisam que a economia do Brasil apresentou altas taxas de crescimento durante o período conhecido como "Milagre Econômico" (1967-1973). No entanto, esse período de forte crescimento econômico também foi marcado por altas taxas de acumulação de capital e de lucro. Assim, ao longo da década de 1970, os dados mostram que o aumento das taxas de lucro impulsionou a taxa de investimento, sugerindo um modelo de crescimento liderado pelos lucros. Houve um período de crescimento (1966-1975), seguido por uma queda simultânea dessas variáveis, refletindo os desafios do regime de crescimento do "milagre" diante das dificuldades estruturais e conjunturais dos anos 1980.

A década de 1980 foi um período de estagnação econômica no Brasil, sendo chamada de "Década Perdida". Durante esse período, houve uma forte queda na produção industrial e um crescimento econômico geral mais baixo, além de um aumento significativo da inflação e do déficit público, devido à perda da capacidade de financiamento. A crise dos anos 1980, causada pelo agravamento do desequilíbrio externo, foi a pior crise enfrentada pela economia brasileira desde a independência, sendo mais grave do que a crise dos anos 1930. (KOSHIYAMA, 2008)

Na década de 1970, o Brasil importava cerca de 70% do petróleo que consumia. Com a duplicação do preço do barril de petróleo no início dos anos 1980, houve um aumento significativo das importações. Apesar do desempenho satisfatório das exportações nos primeiros anos da década de 1980, a queda nos preços dos produtos exportados pelo Brasil e o colapso do mercado de regiões menos desenvolvidas em 1982 contrabalançaram em grande parte o esforço exportador. O aumento do endividamento externo brasileiro foi acelerado a partir do "milagre econômico", supostamente financiado pela entrada de recursos externos. Durante o período de implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1974-79), a dívida externa aumentou devido ao financiamento dos déficits em transações correntes do país.

De acordo com Koshiyama (2008) entre 1984 e 1986, a balança comercial foi reequilibrada devido à desvalorização cambial, e o país voltou a crescer, embora esse crescimento tenha sido baseado no aumento do consumo. Contudo, a partir de 1987, com o fracasso do Plano Cruzado e a moratória da dívida externa, a crise voltou a se manifestar. Nos anos de 1987 e 1988, houve ajustes moderados, mas em 1989, observou-se um crescimento tipicamente populista, que perdurou até o início de 1990. Por outro lado, a desaceleração no

crescimento da indústria na década de 1980 mostrou o esgotamento do padrão de industrialização adotado desde a década de 1950, indicando a necessidade de um novo paradigma de industrialização. Esse contexto estabeleceu as bases para as reformas econômicas da década de 1990.

Giambiagi e Moreira (1999) abordam que na década de 1990, a política cambial brasileira se alinhou com as mudanças políticas e econômicas lideradas por Fernando Collor. Nesse período, a economia enfrentava uma inflação acima de 80% ao mês, combinada com uma estagnação desde 1986. O governo de Collor implementou reformas de austeridade fiscal e monetária, buscando uma abordagem liberal na economia. Isso incluiu a abertura do comércio e a mudança no modelo de desenvolvimento econômico, rompendo com o modelo de substituição de importações adotado desde os anos 1950.

O modelo de substituição de importações, baseado no papel indutor do Estado na economia, foi criticado por sua falta de competitividade. O Brasil, em particular, investiu em *commodities*, aproveitando o baixo custo da terra. Isso resultou em custos de produção agrícola mais baixos em comparação com outros países. Com insumos importados caros devido à alta taxa de câmbio e instabilidade, as empresas preferiram investir na agricultura em vez da indústria. (GIAMBIAGI e MOREIRA, 1999)

No governo Collor, alinhado com o Consenso de Washington de 1989, houve uma mudança no papel do Estado na economia. Foram implementadas medidas ortodoxas, como cortes de gastos e juros elevados para conter a inflação. As privatizações e a abertura econômica também foram parte dessa agenda. No entanto, as privatizações não alcançaram os resultados esperados, devido à situação financeira precária das estatais e às dificuldades de avaliação de ativos em meio à inflação. A abertura comercial resultou em um aumento das importações, prejudicando a balança comercial. A desvalorização do real e o aumento do preço do petróleo durante a Guerra do Golfo agravaram a situação. O ano de 1992 foi marcado por escândalos de corrupção e pelo impeachment de Collor, levando a uma instabilidade econômica. (GIAMBIAGI e MOREIRA, 1999)

Com Itamar Franco assumindo a presidência em 1993, foi implementado o Plano Real, visando a estabilização econômica. Houve uma sobrevalorização da taxa de câmbio para conter a inflação, levando à perda de competitividade da indústria nacional devido à entrada massiva de produtos importados. O país enfrentou dificuldades fiscais, levando a um crescimento da dívida pública. Apesar das melhorias na economia, o Brasil enfrentou déficits comerciais e problemas de endividamento externo, impactando negativamente a balança comercial e a conta corrente. (GIAMBIAGI e MOREIRA, 1999)

A partir de 1994, o padrão de desenvolvimento mostra-se significativamente diferente, destacando-se três etapas. Enquanto a primeira mantinha uma trajetória de crescimento, a segunda permanecia praticamente estagnada. Isso resultou em um crescimento econômico instável e com taxas muito baixas, em comparação com a média histórica. A terceira e última etapa mostra que essas duas variáveis voltam a crescer, coincidindo com a retomada do crescimento econômico brasileiro. No entanto, foi a taxa de acumulação de capital fixo produtivo que cresceu de forma mais acelerada. (ARAUJO e GALO, 2012)

Giambiagi e Moreia completam discorrendo que essa combinação de fatores resultou em uma política fiscal expansionista entre 1995 e 1998, seguida por uma política monetária contracionista para controlar a inflação e atrair investimentos externos. No entanto, essa política não foi sustentável a longo prazo e, a partir de 1999, o governo buscou um ajuste fiscal para estabilizar a economia. A mudança para o regime de metas de inflação em 1999 ocorreu após uma crise cambial que tornou a ancoragem cambial do Real inviável devido a um intenso ataque especulativo, cujo resultado foi uma desvalorização de 57% em relação ao dólar em dois meses. Para conter os efeitos inflacionários dessa desvalorização, o governo aumentou as taxas de juros para atrair capital financeiro

O Regime de Metas de Inflação (RMI) baseia-se na ideia de controlar a inflação ancorando as expectativas dos agentes econômicos, estabelecendo metas inflacionárias para os anos seguintes. O Banco Central utiliza a taxa de juros como instrumento para atingir essas metas, seguindo uma lógica semelhante à regra de Taylor. A política monetária, com foco na contenção inflacionária, tem como princípio "um instrumento, um objetivo". Nos primeiros anos do novo milênio, a economia brasileira passou por transformações político-ideológicas, evidenciadas a partir de 2002 com a posse de Luís Inácio Lula da Silva como presidente. Seu governo adotou uma abordagem social-democrata, com intervenção estatal menos pronunciada do que o desenvolvimentismo, priorizando a distribuição de renda e a redução da pobreza. (FREITAS e JONER, 2018)

Entre 2003 e 2010, a economia brasileira foi influenciada pelo aquecimento do mercado internacional, pela continuidade do regime de metas de inflação e pelo forte controle da taxa Selic. A taxa de juros, embora inicialmente elevada, diminuiu ao longo do período. Em termos fiscais, as medidas adotadas foram mais contracionistas, mas a partir de 2005, houve um aumento expressivo nos gastos públicos, caracterizando um período de afrouxamento dos superávits primários. O crescimento do PIB foi baixo no início, com 1,1% em 2003, mas nos anos seguintes houve um crescimento significativo, com uma média de 4,8% entre 2004 e 2008,

enquanto a taxa de inflação permaneceu dentro das metas estabelecidas. (FREITAS e JONER, 2018)

Um grande fator de influência nesse período foi o rápido crescimento econômico mundial. A crescente demanda da China por produtos brasileiros favoreceu a balança comercial nacional, mesmo com a taxa de câmbio apreciada durante a maior parte do período. O intenso comércio internacional ajudou a compensar os riscos dessa sobrevalorização. Entre 2002 e 2007, as exportações brasileiras cresceram cerca de 9%, e o aumento da demanda global elevou os preços das commodities, melhorando os termos de troca. Entre 2002 e 2008, o preço em dólar dos produtos primários aumentou significativamente, assim como o dos bens manufaturados. (FREITAS e JONER, 2018)

Em 2009, devido à crise financeira global, o PIB teve uma variação negativa de -0,2%, mas a economia se recuperou rapidamente, com um crescimento de 7,5% em 2010. A retomada do crescimento econômico impactou positivamente o mercado de trabalho, com a taxa de desemprego caindo para o nível mais baixo registrado na série histórica em outubro de 2010. No entanto, em 2011, o governo de Dilma Rousseff enfrentou desafios, incluindo a aceleração inflacionária e mudanças na política econômica para enfrentar a crise internacional. (FREITAS e JONER, 2018)

Em 2015, a economia brasileira enfrentou desaceleração, levando a medidas restritivas do governo para evitar recessão, incluindo controle fiscal e aumento de impostos. O ano também foi marcado pelo início do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, culminando na posse de Michel Temer como presidente, em meio a um cenário econômico e político desfavorável. Temer enfrentou acusações de corrupção, mas conseguiu concluir seu mandato, apesar da alta rejeição. (FREITAS e JONER, 2018). Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente, com uma pauta alicerçada em políticas nacionalistas e neoliberais. O governo enfrentou vários desafios econômicos, altos índices de desemprego e uma recuperação econômica lenta, agravados pela pandemia e que perpetuaram até o fim de seu mandato em 2022

3.2 A Estratégia de Crescimento da Coreia do Sul

Na década de 1940, a economia coreana tinha uma produção manufatureira pequena, que foi bastante afetado após a Guerra da Coreia. Com o início da guerra em 1950, metade da estrutura industrial foi destruída, reduzindo a participação da manufatura no PIB para 8% em 1953. Nesse contexto, segundo Moreira, a estratégia da economia sul-coreana foi a de

Substituição de Importações (SI). Esta estratégia visava maximizar o auxílio externo, implementar e impulsionar as exportações. Diferente de outros países, a Coreia do Sul empregou múltiplas taxas de câmbio, tarifas elevadas e barreiras não tarifárias para promover esta estratégia, enquanto incentivava as exportações. (MOREIRA, 1995).

Entre 1954 e 1959, a produção manufatureira cresceu a uma taxa média anual de 14,7%, impulsionada pela substituição de importações "preventiva" na indústria leve. No entanto, o crescimento econômico geral foi limitado, com uma média anual de apenas 4,6%. Em 1960, o PIB per capita da Coreia era de apenas US\$78, e as exportações representavam uma pequena parte da economia. Apesar dos desafios, o país passou por uma transformação econômica dramática na década de 1960, consolidando as bases para seu "Milagre Econômico" Futuro. Em 1961, a Coreia do Sul adotou um modelo de Substituição de Importações, complementado por uma estratégia de incentivo às exportações, fortemente apoiada pelo governo do ditador Park Chung Hee, que governou o país por 25 anos. Com o tempo, tornou-se evidente que a estratégia de exportação se tornou o principal objetivo dessa política econômica. (MOREIRA, 1995).

Durante esse tempo, se deu a formação dos *chaebols*, tais como Samsung, Hyundai e Hanjin, sendo estes grupos familiares detentores de conglomerados empresariais com amplitude em diversos setores. Essas corporações foram beneficiadas com políticas de financiamento e subsídios para que pudessem implementar sua produção. Inicialmente, os *chaebols* estiveram focados na indústria pesada e química, contudo, com o decorrer dos anos estes conglomerados assumiram o setor automobilístico, petroquímico e o de construção naval. (MOREIRA, 1995).

Segundo o autor Myung Soo Cha, na década de 1970, a Coreia do Sul enfrentou desafios significativos, tanto internos quanto externos. O protecionismo crescente nos países desenvolvidos e a recessão global afetaram sua economia. Além disso, a tensão com a Coreia do Norte aumentou, com tentativas de assassinato do presidente Park em 1968. Para alcançar a autossuficiência e autodefesa, o governo coreano emendou a Constituição em 1972 para permitir a reeleição de Park e focou nas Indústrias Químicas e Pesadas (IQPS). Houve um esforço para direcionar a exportação para indústrias intensivas em capital e tecnologia. Apesar das críticas, o governo seguiu com o plano, resultando em rápido crescimento do setor manufatureiro, mas também em pressão inflacionária e dificuldades na balança de pagamentos.

O setor agrícola também recebeu atenção, com uma mudança na estratégia de crescimento para equilibrar agricultura e indústria. A introdução da política de preços duplos aumentou a renda dos agricultores e a autossuficiência em grãos. O Movimento *Saemaul*,

lançado em 1970, melhorou as condições de vida nas áreas rurais, estimulando atividades produtivas e reduzindo a disparidade de renda entre áreas urbanas e rurais. No final da década, a Coreia alcançou a autossuficiência em arroz e reduziu significativamente a disparidade econômica e social em seu território. (CHA, 2000).

A implementação das Indústrias Químicas e Pesadas (IQPS) impulsionou o crescimento econômico da Coreia do Sul na década de 1970, mas também desencadeou efeitos indesejados. O rápido crescimento resultou em inflação, desequilíbrios no setor manufatureiro e dificuldades no balanço de pagamentos. Para enfrentar esses desafios, o governo lançou reformas abrangentes a partir de 1980, visando uma maior dependência das forças de mercado e uma abertura econômica. Foram adotadas medidas de política fiscal e monetária para estabilizar a economia, reduzindo o déficit orçamentário e controlando os salários. (CHA, 2000).

A política de comércio e indústria foi reformulada para fomentar a inovação e reduzir a proteção às indústrias domésticas. Esses esforços resultaram em um crescimento econômico robusto e no controle da inflação na década de 1980. No entanto, diante da influência das taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais e do aumento da complexidade econômica do país, a Coreia, que antes possuía um sistema de câmbio altamente regulado, adotou um sistema de flutuação suja nesse período. Além disso, o movimento de democratização política no final da década trouxe desafios adicionais, como disputas trabalhistas e aumento dos salários, que impactaram o balanço de pagamentos (CHA, 2000).

Durante a década de 1980, foram reforçadas medidas de controle inflacionário e estabilidade socioeconômica. A atenção com o nível de inflação baseou-se na preocupação de que o nível de preços pudesse prejudicar a competitividade internacional sul coreana e mitigar as exportações. Desse modo, foram assumidas políticas de rígido controle fiscal, aumento das taxas de juros e redução na oferta de crédito. Os incentivos oferecidos a indústria buscavam por inovação e o estabelecimento de uma produção intensiva em tecnologia. (HEO et al, 2008)

O movimento de democratização política no final dos anos 1980 na Coreia do Sul resultou na ascensão do governo de Kim Young Sam em 1992, que adotou a globalização como meta nacional. Inspirado pela tendência global de liberalização, o governo acreditava que os problemas estruturais do país, como a fraca competitividade industrial e o setor financeiro ineficiente, decorriam principalmente da intervenção excessiva do governo na economia. Portanto, buscou-se reduzir o controle governamental sobre o setor privado para promover o crescimento e resolver os problemas estruturais. (KIM, 2019).

Segundo Heo et al, em 1998, a economia da Coreia do Sul enfrentou uma série de desafios, incluindo reduções no PIB, renda per capita e exportações, forte desvalorização cambial, queda nos gastos privados com P&D e aumento do desemprego. Para lidar com esses problemas, o governo realizou uma revisão da Lei do Banco da Coreia em abril do mesmo ano, estabelecendo como meta principal a estabilidade inflacionária. A taxa de câmbio foi mantida em níveis que não comprometessem a meta de inflação e, ao mesmo tempo, favorecessem as exportações.

Em 1999 e 2000, a economia sul-coreana mostrou sinais claros de recuperação, especialmente em relação à estabilidade inflacionária. Além disso, outras políticas econômicas foram implementadas para revitalizar os setores afetados e promover o crescimento econômico. Em 1999, foi promulgada a Lei de Desenvolvimento Industrial, que abrangeu todos os setores industriais e teve como objetivo estimular a competitividade, promover novas indústrias e apoiar o crescimento estrutural das já existentes. Graças a essas medidas, a Coreia do Sul conseguiu superar os impactos da crise mais rapidamente do que o esperado, com o investimento massivo em tecnologia da informação e comunicação (TICs) sendo um dos principais impulsionadores dessa recuperação. (HEO et al, 2008)

Tanto no governo de Kim Dae-jung (1998-2003) quanto no de Roh Moo-hyun (2003-2008), foram adotados diversos programas de reforma focados nos setores financeiro e corporativo, além de investimentos substanciais em programas de inovação. Para cumprir as condições estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional para a recuperação da crise, o governo de Kim Dae-jung privatizou a maioria dos bancos públicos, aumentou a taxa de juros e impostos, e reduziu os gastos públicos. (HEO et al, 2008; AHN, 2024)

O governo de Park Geun-hye, de 2013 a 2016, enfrentou desafios econômicos significativos e uma resposta limitada a essas questões. Seu governo dedicou pouca atenção aos problemas econômicos, o que teve repercussões negativas quando o escândalo de corrupção envolvendo sua conselheira, Choi Soon-sil, eclodiu. (RAMSTAD, 2017). Moon Jae-in assumiu a presidência em meio a protestos e à remoção de sua antecessora. Seu governo destacou-se pela ausência de corrupção. A resposta de Moon à COVID-19 foi elogiada, mas desafios estruturais persistentes, como desigualdade e desemprego entre os jovens, marcaram seu mandato. (HWANG, 2022).

4. Metodologia de Vetores Auto-Regressivos (VAR), Base de Dados e Resultados: Uma Análise Empírica dos Impactos da Exportação de Bens e Serviços Para observar o impacto das políticas de exportação adotadas pelos governos brasileiro e sul-coreano, entre os anos 1960 e 2022, utiliza-se a metodologia Vetores Auto-Regressivos (VAR). Essa metodologia é útil por possibilitar a análise das relações dinâmicas entre variáveis endógenas, sem definir a priori a ordem de determinação e causalidade. O modelo VAR tentará apreender a influência das políticas de exportação sobre o desempenho do PIB. As variáveis selecionadas foram aquelas diretamente influenciadas pelas políticas adotadas pelo Brasil e Coreia do Sul no período considerado. Para ambos os países foi analisada o crescimento do PIB em relação ao crescimento das exportações de bens e serviços a partir dos dados disponibilizados pelo Banco Mundial ao longo dos 62 anos.

4.1. Estratégia de Crescimento do Brasil no Período de 1960-2022

Para a aplicação empírica, verificou-se a ordem de integração das séries econômicas através do teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) com intuito de testar a hipótese de raiz unitária das séries. Concomitantemente a esse teste, considera-se também a análise gráfica. Os resultados indicaram que as variáveis de crescimento do produto e o crescimento das exportações são estacionárias em nível.

TABELA 1 - Teste de Estacionariedade de Dickey-Fuller Aumentado

Discriminação	Defasagem	Constante	Tendência	Estatística t	Valor Critico 1%	Prob
GBR	0	Sim	Sim	-5.144	-4.115	0.0000
GXBR	0	Sim	Sim	-10.103	-4.115	0.0000

Fonte: Elaboração Própria a do Eviews 10.

Para desenvolver um modelo bem especificado é necessária, entre outras coisas, tornase necessária a escolha adequada do número de defasagens para fazer as estimativas. Para tanto, toma-se como base os Critérios de Informação de Akaike (AIC), de Schwarz (SC) e o de Hannan-Quinn (HQ). Essas estatísticas são úteis para determinar o número de defasagens a incluir no modelo. Neste caso, quanto menores os valores das estatísticas de SC e HQ, mais indicada é a defasagem do VAR. Nesse caso, as estatísticas sinalizaram que o número de defasagens a incluir no VAR é um, como indicado na Tabela 2.

TABELA 2 – Critério de seleção da ordem de defasagem do modelo

	AIC	SC	HQ
0	4.709623	4.781957	4.737667
1	4.460596	4.677598*	4.544727*
2	4.453114*	4.814784	4.593333
3	4.535873	5.042211	4.732179
4	4.609275	5.260281	4.861669
5	4.696051	5.491725	5.004532

Nota: * indica a ordem de defasagem selecionada pelo critério

AIC: Critério de Informação de Akaike SC: Critério de Informação de Schwarz

Para evitar arbitrariedade na ordem de entrada das variáveis, utilizou-se o Teste de Exogeneidade em Bloco (Block Exogeneity Wald Tests). Com base neste teste, é possível definir um ordenamento estatisticamente consistente das variáveis do modelo, que será das mais exógenas para as mais endógenas (de maior valor da estatística Qui-Quadrado para as de menor valor). Os resultados estão apresentados na Tabela 3.

TABELA 3 – Teste de Wald para Exogeneidade em Bloco

Variável Dependente	X ²	df	Prob (total)
GXBR	2.156	1	0.141
GBR	0.609	1	0.435

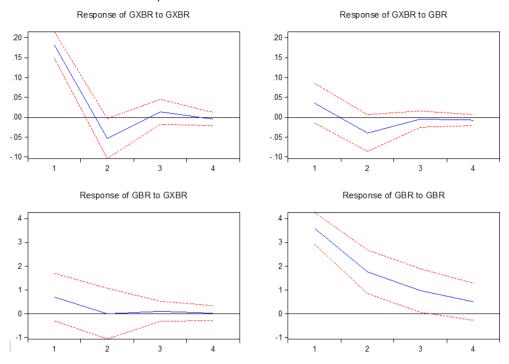
Fonte: Elaboração Própria a Partir do Eviews 10.

A partir da estatística Qui-Quadrado (de Wald), que corresponde à significância conjunta de todas as variáveis endógenas defasadas na equação, as variáveis são ordenadas de acordo com sua exogeneidade, sendo as de menor valor da estatística do x², as mais exógenas, e as de maior valor, as mais endógenas.

Seguindo esse critério, a ordenação correta é a seguinte: GBR e GXBR. Devido à dificuldade de interpretar os coeficientes estimados no modelo VAR, é comum recorrer à Função de Resposta ao Impulso e à Decomposição da Variância. Nesse sentido, os efeitos dessas variáveis sobre as vendas das exportações brasileiras estão apresentados na Figura 1 (Função de Resposta ao Impulso).

FIGURA 1 - Função Resposta das Exportações a um Impulso nas Variáveis Selecionadas

Response to Generalized One S.D. Innovations 2 S.E.



Na Figura 1, pode-se observar que o crescimento das exportações do Brasil tem pouco impacto no crescimento do PIB brasileiro, visto que no gráfico "Response of GBR to GXBR" ele fica abaixo de 1%, ou seja, as características dos produtos exportados pelo Brasil têm pouco efeito na economia.

TABELA 4 - Decomposição da variância do GXBR (%)

Período	S.E	GXBR	GBR
1	0.181	100.000	0.0000
2	0.191	97.591	2.408
3	0.192	97.458	2.541
4	0.192	97.355	2.644

Fonte: Elaboração Própria a Partir do Eviews 10.

Na Tabela 4, que apresenta da Decomposição da Variância do Crescimento das Exportações Brasileiras verificamos que 97,35% do crescimento pode ser explicado por ele mesmo, enquanto 2,6% estão relacionados ao crescimento do PIB brasileiro.

TABELA 5 - Decomposição da variância do GBR (%)

Período	S.E	GXBR	GBR
1	3.591	3.846	96.153
2	4.016	3.075	96.924
3	4.134	2.968	97.031
4	4.166	2.928	97.071

Na Tabela 5, que apresenta a Decomposição da Variância do Crescimento do PIB do Brasil, constata-se que 97,07% do crescimento pode ser explicado pela própria variável, enquanto 2,9% são atribuídos ao crescimento das exportações brasileiras.

TABELA 6 - Pauta de Exportações Brasileira de 2002-2022

	2002	2012	2022
Combustíveis minerais	3,886,624	31,403,138	56,851,353
Grãos e Sementes	3,067,621	17,676,267	47,171,963
Minérios	3,192,313	33,244,371	32,419,145
Carne	2,747,462	13,674,038	23,974,697
Ferro e Aço	3,450,811	10,706,176	16,661,352
Cereais	274,819	6,537,769	13,896,847
Café	1,330,936	6,021,038	9,002,899
Algodão	322,546	2,270,236	3,891,800
Reator Nuclear	4,168,384	13,539,126	12,437,658
Veiculos	4,467,436	12,564,493	12,388,325
Plásticos	803,949	3,495,990	3,823,301
Maquinas Elétricas	3,084,337	4,908,504	4,304,111

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados encontrados no International Trade Centre

Na Tabela 6, observa-se que ao longo dos últimos 20 anos, o Brasil continuou concentrando suas exportações em produtos primários, como combustíveis minerais, grãos e sementes, minérios e carne, enquanto registra um crescimento sutil na exportação de produtos manufaturados, como veículos e máquinas elétricas. No que diz respeito à manufatura, o uso de recursos naturais é em grande parte peculiar, o que cria espaço para a criação local de capacidades em atividades sofisticadas de upstream, com o desafio correspondente de fazê-lo de forma sustentável.

4.2. Estratégia de Crescimento da Coreia do Sul no Período de 1960-2022

Para examinar empiricamente o setor exportador sul coreano, primeiramente foi estabelecida a ordem de integração das séries econômicas utilizando o Teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF), com a finalidade de verificar a hipótese de raiz unitária dessas séries. Os resultados revelaram que as duas séries temporais, GCS e GXCS, foram estacionárias em nível.

TABELA 8 - Teste de Estacionariedade de Dickey-Fuller Aumentado

Discriminação	Defasagem	Constante	Tendência	Estatística t	Valor Critico 1%	Prob
GCS	0	Sim	Sim	-6.814	-4.115	0.0000
GXCS	0	Sim	Sim	-6.937	-3.542	0.0000

Fonte: Elaboração Própria a Partir da Saída do Eviews 10.

Para construir um modelo bem definido, torna-se crucial, entre outros aspectos, selecionar adequadamente o número de defasagens correta das estimativas. Para tanto, utiliza-se como referência os Critérios de Informação de Akaike (AIC), Schwarz (SC) e Hannan-Quinn (HQ). Assim como no caso brasileiro, as análises da Coreia do Sul indicaram que o número de defasagens a ser incluído no VAR é um, conforme Tabela 9.

TABELA 9 – Critério de Seleção da Ordem de Defasagem do Modelo

	AIC	SC	HQ
0	4.709623	4.781957	4.737667
1	4.460596	4.677598*	4.544727*
2	4.453114*	4.814784	4.593333
3	4.535873	5.042211	4.732179
4	4.609275	5.260281	4.861669
5	4.696051	5.491725	5.004532

Fonte: Elaboração Própria a Partir do Eviews 10.

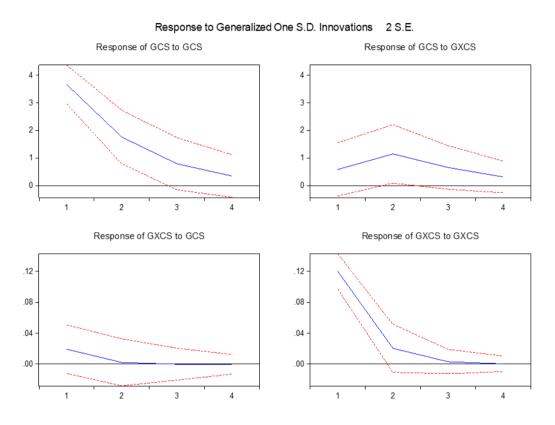
Na sequência, emprega-se o Teste de Wald de Exogeneidade de Bloco para estabelecer uma ordenação estatisticamente consistente das variáveis. As estatísticas evidenciam a significância conjunta de cada variável endógena defasada para o VAR. Os resultados estão detalhados na Tabela 9.

TABELA 10 – Teste de Wald para Exogeneidade em Bloco

Variável Dependente	X ²	df	Prob (total)
GXCS	3.968	1	0.046
GCS	0.005	1	0.938

Neste caso, tomando-se como base a estatística Qui-Quadrado para ordenar as variáveis, tem-se a seguinte ordenação correta: GCS e GXCS. Os efeitos dessas variáveis sobre as exportações sul-coreanas estão ilustrados na Figura 2.

FIGURA 2 - Função Resposta das Exportações a um Impulso nas Variáveis Selecionadas



Fonte: Elaboração Própria a Partir da Saída do Eviews 10.

No gráfico "Response of GCS to GXCS da Figura 2, é possível observar que um desvio padrão no crescimento das exportações afeta de forma constante e positiva o crescimento do PIB da Coreia do Sul ao longo de todo o período.

TABELA 11 - Decomposição da Variância do GXCS (%)

Período	S.E	GCS	GXCS
1	0.120	2.043	97.956
2	0.121	2.155	97.462
3	0.122	3.042	97.464
4	0.122	3.292	97.568

TABELA 12 - Decomposição da Variância do GCS (%)

Período	S.E	GCS	GXCS
1	3.660	100.000	0.0000
2	4.154	95.531	4.460
3	4.263	94.171	8.338
4	4.285	93.862	6.136

Fonte: Elaboração Própria a Partir do Eviews 10.

A Tabela 11 traz uma análise detalhada da variação do crescimento das exportações sul-coreanas, no qual percebe-se que 97,57% desse aumento pode ser explicado pela própria exportação, enquanto 3,29% estão associados ao crescimento do produto sul-coreano. Por outro lado, na Tabela 12, observa-se a variação no crescimento do produto da Coreia do Sul em que 93,86% do crescimento sul coreano pode ser explicado pelo próprio PIB, enquanto 6,13% estão relacionados ao crescimento das exportações sul-coreanas.

TABELA 13- Pauta de exportações sul-coreanas

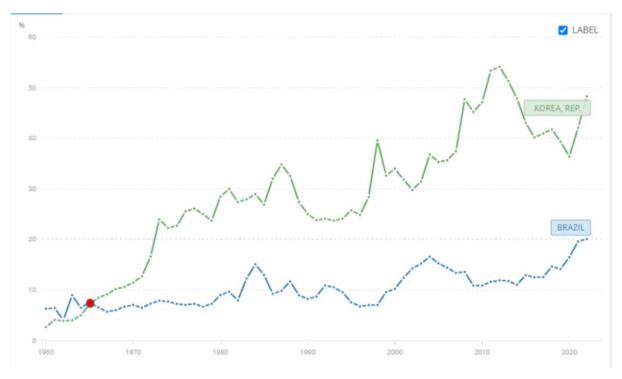
	2002	2012	2022
Combustíveis minerais	6,551,559	57,492,603	64,751,329
Grãos e Sementes	123,731	293,204	429,833
Minérios	16,754	188,937	1,792,951
Carne	21,2	33,997	84,965
Ferro e Aço	5,068,144	25,375,017	28,108,456
Cereais	352	4,965	21,074
Café	13,902	32,547	41,711
Algodão	762,592	776,414	376,626
Reator Nuclear	27,728,980	58,979,883	73,033,189
Veiculos	17,266,341	70,074,094	75,619,404
Plásticos	7,315,207	28,381,150	41,158,081
Maquinas Elétricas	43,928,442	119,084,386	210,434,594

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados encontrados no International Trade Centre

Como mostrado na Tabela 13, no decorrer dos mesmos 20 anos, a Coreia do Sul concentrou-se na Industrialização Orientada às Exportações Secundárias e aumentou substancialmente sua participação no mercado mundial por meio das exportações de manufaturados de elevado conteúdo tecnológico e alto valor agregado, como automóveis e máquinas elétricas. Apesar de não terem diminuído a exportação de produtos primários, como

ferro, minério, carne, grãos e sementes, os volumes de exportações alcançados em produtos de alto valor caracterizam o país como um *Player global* nestes setores industriais.

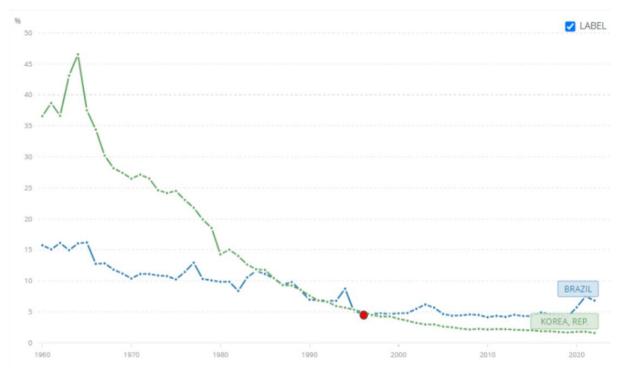
FIGURA 3 –Exportação de Bens e Serviços (%PIB) do Brasil e da Coreia do Sul (1960-2022)



Fonte: Banco Mundial

Pode-se observar na Figura 3 como a decisão dos produtos exportados afeta a pauta exportadora desses países. No ponto marcado, nota-se que as exportações coreanas superam as brasileiras. Isso ocorre porque foi nesse período que a Coreia do Sul começou a investir na produção de produtos manufaturados, enquanto o Brasil continuou investindo em bens duráveis, intermediários e de capital. A Coreia teve um crescimento exponencial de suas exportações, com uma queda durante a crise asiática que logo foi sanada. Já o Brasil teve um crescimento quase linear, com quedas acentuadas em momentos em que o preço das commodities sofreu quedas.

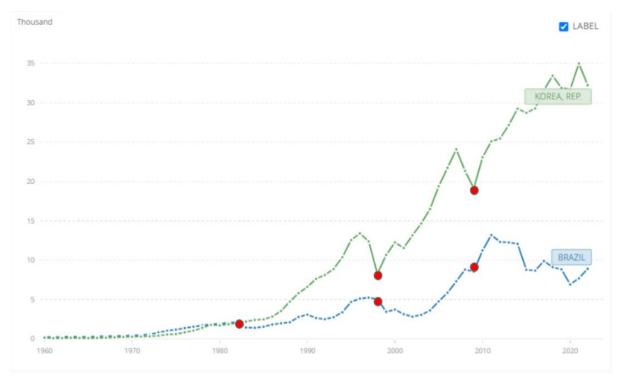
FIGURA 4 - Agricultura, Florestas e Uso do Solo (%PIB) do Brasil e da Coreia do Sul (1960-2022)



Fonte: Banco Mundial

Na Figura 4, observa-se a continuidade do foco do Brasil em commodities, impulsionado pela competitividade natural dos produtos agrícolas brasileiros, sustentada pelo baixo custo da terra. Isso resulta em custos de produção agrícola mais baixos no Brasil em comparação com outros países. Devido aos custos elevados de insumos importados, como máquinas e equipamentos para a produção de bens manufaturados mais sofisticados, as empresas tendem a investir mais na agricultura do que na indústria. Ao longo de 60 anos, o Brasil manteve seu foco no setor agrícola, enquanto a Coreia do Sul reduziu consideravelmente seus investimentos nesse setor para concentrar-se na produção de produtos manufaturados.

FIGURA 5 - PIB per capita (milhões de US\$) do Brasil e da Coreia do Sul (1960-2022)



Fonte: Banco Mundial

Na Figura 5, é possível observar que a trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois países começa a divergir significativamente a partir dos anos 80. Nesse período, a Coreia do Sul enfrentava altos déficits no balanço de pagamentos, com a dívida externa crescendo rapidamente e o crescimento econômico declinando. Diante desse cenário, o governo sulcoreano implementou medidas visando aumentar a eficiência econômica, reduzir a dependência externa e dar prioridade às chamadas Indústrias Intensivas em Tecnologia, como maquinaria de precisão, eletrônicos avançados como TVs e micro-ondas, comunicações e informática, marcando um ponto de virada para o modelo econômico sul-coreano. Enquanto isso, o Brasil manteve seu foco no modelo de substituição de importações, implementando reformas econômicas e promovendo a abertura do mercado apenas na década de 90.

Após 1998, vários países emergentes enfrentaram crises, incluindo o Brasil e a Coreia do Sul, resultando em um menor crescimento do PIB nos anos seguintes às crises de 1998 e 2008. No entanto, a recuperação desses países demonstra a vantagem dos que produzem bens de maior valor agregado. Enquanto a Coreia conseguiu rapidamente reerguer seu PIB per capita, o Brasil teve um crescimento mais modesto e constante.

Entre 2000 e 2010, o Brasil registrou um aumento no PIB per capita, em parte devido ao aumento dos preços das commodities. No entanto, quando esses preços começaram a cair, o Brasil sofreu as consequências. Por outro lado, os produtos de alto valor agregado da Coreia

do Sul não foram afetados, e devido ao seu mercado consumidor consolidado, o PIB per capita sul-coreano continuou a subir consistentemente. A queda observada no PIB de ambos os países em 2010 decorre da crise de 2008, na qual houve a queda do mercado imobiliário nos Estados Unidos. Apesar da Coreia não ser diretamente responsável por essa crise, ela sofreu as consequências devido à sua relação comercial com os Estados Unidos, enquanto o Brasil não foi tão impactado por ser um exportador de commodities.

Entre 1960 e 1983, Fagerberg (1988) conduziu um estudo utilizando dados de 15 países industrializados, concluindo que os principais fatores que influenciam a competitividade externa de um país são os índices de tecnologia e a capacidade logística. Existe uma correlação positiva entre o crescimento econômico e a produção de bens de alta tecnologia. A Coreia do Sul sempre teve uma significativa participação dos manufaturados em suas exportações, impulsionando um crescimento exponencial.

TABELA 14 - Decomposição da Variância do GBR em relação ao cambio

Variance [Decomposition	of GBR

Period	S.E.	GXBR	DLNRERBR	GBR
1	0.148505	8.580625	3.279128	88.14025
2	0.162948	10.18241	3.121246	86.69634
3	0.165944	10.29851	3.155252	86.54623
4	0.166172	10.29754	3.159464	86.54300
Cholesky Ordering: GXBR DLNRERBR GBR				

Fonte: Elaboração Própria a Partir do Eviews 10.

TABELA 15 - Decomposição da Variância do GCS em relação ao cambio

Variance I	Decomposit	ion of	GCS

Period	S.E.	DLNRERCS	GCS	GXCS
1	0.078359	5.065889	94.93411	0.000000
2	0.124055	19.35291	76.34373	4.303361
3	0.126882	23.69641	67.77404	8.529551
4	0.131667	24.66469	66.98558	8.349729
Cholesky Ordering: DLNRERCS GCS GXCS				

Fonte: Elaboração Própria a Partir do Eviews 10.

Conforme mencionado anteriormente, nas décadas de 1960, tanto a Coreia do Sul quanto o Brasil adotaram políticas de Substituição de Importações. No entanto, ao longo do

tempo, a Coreia do Sul concentrou-se em manter uma taxa de câmbio mais desvalorizada para estimular sua indústria. Dessa forma, ao direcionar sua economia para as exportações, a Coreia do Sul manipulou sua taxa de câmbio para favorecer o setor exportador. Por outro lado, no Brasil, a transição entre o padrão de Substituição de Importações e as reformas liberais foi mal executada, pois não conseguiu assegurar a concordância entre essas políticas e o setor industrial.

Os impactos da taxa de câmbio e das exportações podem ser observados nas tabelas a seguir. No caso do crescimento brasileiro, após quatro períodos, 86,5% do crescimento do Brasil é explicado por seu próprio crescimento, 3% são explicados pelo câmbio, ou seja, o país não utilizou uma política cambial eficaz para estimular o crescimento, e 10% são explicados pela pauta exportadora. Dessa forma, baseada na lei de Thirlwall (1979), que afirma que o crescimento de um país é determinado por duas variáveis: exportações e taxa de câmbio, e que elas são complementares, a taxa de câmbio e a pauta exportadora do Brasil representam 13% do PIB. No caso da Coreia do Sul, 66% do crescimento do país é explicado pelo próprio crescimento, 24,6% são explicados pelo câmbio, ou seja, diferente do Brasil, a Coreia do Sul investiu em sua política cambial, o que fez diferença em seu crescimento, e 8,34% são explicados pela pauta exportadora. Sendo assim, a pauta exportadora e a taxa de câmbio representam 32% do PIB sul-coreano.

5. Considerações Finais

Para concluir, ao analisar o crescimento econômico do Brasil e da Coreia do Sul, observa-se que os dois países seguiram caminhos distintos a partir dos anos 1960. Enquanto o Brasil continuou a focar suas exportações em commodities, como combustíveis minerais, grãos, sementes e minérios, a Coreia do Sul diversificou sua pauta exportadora, reduzindo a produção de commodities, como algodão, e aumentando a produção de reatores nucleares, veículos e máquinas elétricas.

A análise empírica realizada neste trabalho confirmou que a estratégia de crescimento baseada nas exportações de produtos manufaturados foi fundamental para o crescimento econômico de longo prazo da Coreia do Sul. Os dados demonstram que 6,13% da variação no crescimento do PIB sul-coreano está relacionada ao crescimento das exportações do país. Além disso, a pauta exportadora e a taxa de câmbio representam 32% do PIB sul-coreano, valores significativamente superiores aos observados no Brasil.

Diante disso, o Brasil pode obter importantes lições da experiência da Coreia do Sul. Uma das principais lições é a necessidade de diversificação da pauta exportadora, buscando produtos de maior valor agregado e tecnologicamente mais avançados. Além disso, a Coreia do Sul demonstrou a importância de políticas consistentes de incentivo às exportações, bem como de uma política cambial adequada, que favoreça a competitividade dos produtos no mercado internacional. Essas lições podem ser fundamentais para impulsionar o crescimento econômico do Brasil e torná-lo mais resiliente a choques externos no futuro.

Referências

AHN, Chung-Si. **Korean Democracy under Kim Dae Jung: A Stalled Progression?**. 2000. Disponível em: . Acesso em: 03 jan. 2024.

ARAÚJO, Eliane; GALA, Paulo. Regimes de crescimento econômico no Brasil: evidências empíricas e implicações de política. 2012. Acesso em: 02 mar. 2024.

ARAÚJO, Eliane; LEITE, Marcos. Sobreapreciação cambial no Brasil: estimativa, causas e consequências (1994-2008). IPEA, Brasília, abril de 2009. Acesso em 06 de mar de 2024.

BANCO MUNDIAL. 2024. Disponível em: https://data.worldbank.org/?locations=BR-KR. Acesso em: 08 jan. 2024.

CHA, Myung Soo. **The Economic History of Korea. Economy History Association.** 2000. Disponível em: https://eh.net/encyclopedia/the-economic-history-of-korea/. Acesso em: 03 jan. 2024.

DICKENS, Peter. **Global shift: transforming the world economy (3rd ed.).** New York: The Guilford Press. 1998. Acesso em: 20 out. 2023.

FREITAS, Giovana Sousa; JONER, Henrique. **A Economia Brasileira no Início do Século XXI: Um Olhar Estendido até a Crise de 2015.** Revista de Desenvolvimento Econômico. 2018. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5493/3632. Acesso em: 20 out. 2023.

GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita. **A Economia Brasileira dos Anos 90. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.** 1ª edição. 1999. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999_A%20economia%20brasileira%20nos%20anos%2090 P.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2024.

HEO Uk; JEON Houngcheul; KIM Hayam; KIM Okjin. **The Political Economy of South Korea: Economic Growth, Democratization, and Financial Crisis.** 2008. Disponível em: https://digitalcommons.law.umaryland.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1192&context=msc as>. Acesso em: 31 jan. 2024.

HWANG, Kyung Moon. Crisis or Caretaking? An Early Assessment of the Outgoing Moon Jae-in Presidency in South Korea. Australian Institute of International Affairs. 2022. Disponível em: https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/crisis-caretaking-early-assessment-outgoing-moon-jae-in-presidency-south-korea/. Acesso em: 22 feb. 2024.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE. 2024. Disponível em: https://intracen.org/. Acesso em: 28 feb. 2024.

KIM, Chuk kyo. **Economic Development of Korea.** 2019. Disponível em: https://www.worldscientific.com/doi/pdf/10.1142/9789813276000_0001. Acesso em: 03 jan. 2024.

KOSHIYAMA, Daniel Bohn. CRESCIMENTO ECONÔMICO E COMÉRCIO EXTERNO: TEORIAS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA O BRASIL. 2008. Acesso em: 03 mar. 2024

MOREIRA, Maurício Mesquita. **Industrialization, Trade and Market Failures: The Role of Government Intervention in Brazil and South Korea.** 1995. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Vitoria/Downloads/THESIS final.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira: Os Ensinamentos desde a Crise dos Anos 30. 1993. Acesso em: 20 out. 2023.

RAMSTAD, Evan. **South Korea's Economic Challenges After the Park Geun-hye Era. Center of Strategic & International Studies.** 2017. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/south-koreas-economic-challenges-after-park-geun-hye-era. Acesso em: 22 feb. 2024.

PEREIRA, Adriano José; DATHEIN, Ricardo. **Política industrial como instituição desenvolvimentista**: uma crítica ao "novo desenvolvimentismo" baseada nas experiências de Brasil e Coreia do Sul. 2016. Acesso em: 20 out. 2023.

FAGERBERG, Jan. International Competitiveness. 1988. Acesso em: 20 out. 2023.

THIRLWALL, Anthony P. A natureza do crescimento econômico. 2002. Acesso em: 20 out. 2023